

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.132.986 - PR (2017/0167119-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : MAZP DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADOS : SÉRGIO DE JESUS PEREIRA - PR033907
VIVIANE DE BARROS - PR054466
DERMIVAL OLIVEIRA ALVES - PR044033
BARBARA MARQUES SCHLOZ - PR048272
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DULCE ESTHER KAIRALLA E OUTRO(S) - PR022601
VITOR ACIR PUPPI STANISLAWCZUK - SC019332

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela MAZP DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA., em que pretende a admissibilidade de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 617/618):

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. ICMS. AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO NO MATO GROSSO DO SUL. REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DE 12% PARA 3%. BENEFÍCIO CONCEDIDO UNILATERALMENTE PELO ESTADO DE ORIGEM. DECRETO ESTADUAL 2131/2008 – INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE 1014662-2/01 – CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO. EFEITO VINCULANTE DESTA DECISÃO. EXGESE DO ARTIGO 272 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE CONVÊNIO DO CONFAZ. POSSIBILIDADE DE GLOSA DE CRÉDITOS, SOB PENA DE CONFIGURAR VERDADEIRA GUERRA FISCAL. BENEFÍCIO DEVE SER OBRIGATORIAMENTE OBJETO DE CONVÊNIO NO CONFAZ PARA PRODUZIR EFEITOS. ARTIGO 155, § 2º, INCISOS I E XII, ALÍNEA "G", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 8º, INCISO I, DA LC 24/76. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. INVERSÃO ÔNUS SUCUMBENCIAL. SENTENÇA REFORMADA. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO.

Recurso conhecido e provido.

No apelo nobre (e-STJ fls. 678/613), a recorrente busca o reconhecimento do direito ao creditamento no Estado de destino do ICMS devido ao Estado de origem e que não foi efetivamente recolhido em razão de benefício fiscal concedido sem prévia autorização do CONFAZ.

A empresa interpôs, também, agravo, em que pretende a admissão de recurso extraordinário inadmitido na origem (e-STJ fls. 784/795).

Contraminuta às e-STJ fls. 817/820.

Passo a decidir.

A questão objeto do apelo extremo foi afetada ao rito da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. GUERRA FISCAL. CUMULATIVIDADE. ESTORNO DE CRÉDITOS POR INICIATIVA

Superior Tribunal de Justiça

UNILATERAL DE ENTE FEDERADO. ESTORNO BASEADO EM PRETENSA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL INVÁLIDO POR OUTRO ENTE FEDERADO. ARTS. 1º, 2º, 3º, 102 e 155, § 2º, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 8º DA LC 24/1975. MANIFESTAÇÃO PELA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA.

(RE 628.075 RG, Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 13/10/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 30-11-2011 PUBLIC 01-12-2011).

Nesse contexto, reconheço que a existência de recurso extraordinário que trata do mérito da matéria acima identificada é prejudicial à análise do recurso especial, razão pela qual os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para que lá seja realizado o juízo de conformação com o julgamento do recurso representativo da controvérsia a ser prolatado pela Suprema Corte.

Somente depois de tomada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso especial até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE/RG 628.075 (Tema 490), bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que essa providência seja efetivada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator